

Fiúza se debate e morre na praia

O deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), que substituiu o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) na elaboração do relatório da CPI sobre o envolvimento de quatro parlamentares de Pernambuco, decidiu inocentar o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e o deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) das acusações de envolvimento com a máfia do Orçamento. No breve relatório parcial, Rollemberg, além de recomendar a cassação do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), sugeriu à mesa da Câmara que prosiga as investigações sobre a atuação do deputado José Carlos Vasconcelos, que integrou a Comissão Mista de Orçamento de 1988 a 1992.

Desde o primeiro momento em que analisou o processo contra seu colega Ricardo Fiúza, Roberto Rollemberg não teve dúvidas de que o caso era de cassação. Ele disse que Fiúza se empenhou em apresentar emendas seguindo acordo com empreiteiras e entidades sociais e também se encarregou de liberar os recursos necessários para o esquema; já à frente do ministério da Ação Social.

“Não há como se argumentar que o pedido de cassação de Fiúza foi político. Isso não tem cabimento. Ficou claro que ele montou um esquema irregular de pedido e de liberação de recursos do seu interesse”.

Apesar de ter recomendado a cassação de Fiúza, Rollemberg elogiou a atitude e a vitalidade

DIDA SAMPAIO



Rollemberg: sem dúvidas

do ex-ministro do governo Collor: “Desde que fui nomeado relator do caso dos pernambucanos, ele me procurava todos os dias para conversar. Em nenhum momento fez qualquer pedido para que eu o aliviasse. Tudo o que ele fazia era argumentar e tentar apresentar explicações e provas”, contou.

Sem provas — Embora levante suspeitas sobre José Carlos Vasconcelos, Rollemberg argumentou que a CPI não conseguiu demonstrar inteiramente a “relação delituosa do parlamentar”. A referência a Vasconcelos no relatório limita-se a seis parágrafos que não chegam a preencher uma página do relatório. O relator destaca, porém, que o acusado ocupou funções de relevância na Comissão Mista de

Orçamento, indicando que tinha um “grau de influência” no grupo que preparava o Orçamento.

Em apenas oito linhas, Rollemberg lembra que o senador Mansueto de Lavor teve seu nome citado entre os papéis encontrados com um diretor da construtora Norberto Odebrecht. O relator especial afirma que a análise dos documentos e o depoimento do envolvido demonstraram “não haver elementos suficientes que autorizem a CPI a apontar o envolvimento do parlamentar em qualquer irregularidade”. Roberto Rollemberg não faz sequer recomendação para que o Ministério Público investigue o senador que foi relator-geral da Comissão de Orçamento.

O deputado Sérgio Guerra teve tratamento semelhante ao dado a Lavor. Apontado por José Carlos Alves dos Santos como um dos deputados que incluíram emendas após aprovação do Orçamento, Guerra foi anistiado. “A análise dos relatórios das subcomissões, confrontada com o depoimento pessoal, não autoriza esta comissão a indicar quaisquer providências a serem tomadas contra o parlamentar”, conclui Rollemberg.

Num texto introdutório, o relator substituto lamenta que o Regimento Interno não estabeleça penas intermediárias para serem dosadas de acordo com a infração cometida pelo parlamentar. “Poderá haver casos para os quais a perda de mandato — que é uma pena de morte, em termos políticos — se fará extremamente rígida. Ao mesmo tempo, poderá suceder de a penalidade de suspensão por 30 dias insinuar-se leve”, afirma Rollemberg.